

Naiana Vitória Paz Reinaldo da Silva¹¹Faculdade de Ensino Superior do Piauí

A importância da sala de recurso multifuncional na educação inclusiva: revisão de artigos científicos

The importance of the multifunctional resource room in inclusive education: review of scientific articles

Resumo. A inclusão de pessoas com necessidades educacionais no ensino regular tem sido um tema mundialmente discutido nas últimas décadas. No Brasil, a discussão do assunto foi iniciada com o advento da Declaração de Salamanca (1994), assim como vários países também são signatários desta declaração, e com isso adotaram as medidas que pudessem transformar o sistema educacional em nova proposta. Essa conferência e entre outras representaram à luta pela universalização da escolarização e a busca pela qualidade de ensino. Ao fazer a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo é iniciada uma reconfiguração das modalidades de atendimento e serviço aos estudantes com necessidades educacionais, entre as quais figura a sala de recursos multifuncional. Um espaço físico, mobiliado, com material didático, recursos pedagógicos, equipamentos específicos e professores com formação na área. As escolas que disponibilizam o atendimento precisam estar sempre inovando junto com os professores as ferramentas pedagógicas adequadas para atender as necessidades específicas de cada educando. Por isso a importância do plano de aula individual e planejado em parceria com os professores do ensino regular. O presente trabalho tem como objetivo destacar e discutir artigos produzidos sobre a importância da sala de recurso multifuncional para o Atendimento Educacional Especializado com alunos de diferentes necessidades especiais e de qualquer faixa etária. A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica, recorrendo autores como: Alves e Andrade (2015), Weber e Benetti (2012), Brasil (2009), Lopes e Maquezine (2012) e entre outros. Sendo assim, a política da inclusão não consiste apenas na permanência física, mas uma modalidade de educação considerada como um conjunto de recursos e estratégias de apoio que estejam à disposição de todos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento, prevendo ainda uma rearticulação da educação no sentido de providenciar estratégias e métodos que deem conta do atendimento aos discentes com necessidades. **Palavras-Chave:** Sala de recursos multifuncional, Inclusão, Estudante.

Abstract. The inclusion of people with educational needs in regular education has been a globally discussed topic in recent decades. In Brazil, the discussion of the subject began with the advent of the Salamanca Declaration (1994), as well as several countries are also signatories of this declaration, and with this they adopted measures that could transform the educational system into a new proposal. This conference and among others represented the struggle for the universalization of schooling and the search for quality in education. When opting for the construction of an inclusive educational system, a reconfiguration of the modalities of attendance and service to students with educational needs begins, among which is the multifunctional resource room. A physical space, furnished, with teaching material, teaching resources, specific equipment and teachers trained in the area. Schools that provide the service must always be innovating, together with the teachers, the appropriate pedagogical tools to meet the specific needs of each student. Therefore, the importance of the individual lesson plan is planned in partnership with regular education teachers. This paper aims to highlight and discuss articles produced on the importance of the multifunctional resource room for Specialized Educational Service with students of different special needs and of any age group. The methodology adopted was a bibliographic research, using authors such as: Alves and Andrade (2015), Weber and Benetti (2012), Brazil (2009), Lopes and Maquezine (2012) and others. Thus, the inclusion policy does not consist only of physical permanence, but a modality of education considered as a set of resources and support strategies that are available to everyone, offering different service alternatives, also providing for a re-articulation of education in the sense to provide strategies and methods that take care of the assistance to students in need. **Keywords:** Multifunctional resource room, Inclusion, Student.

Introdução

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais no ensino regular tem sido um tema mundialmente discutido nas últimas décadas (LOPES; MARQUEZINE, 2012). No Brasil, a

discussão do assunto foi iniciada com o advento da Declaração de Salamanca (1994), assim como vários países também são signatários desta declaração, com isso adotaram as medidas que pudessem transformar o sistema educacional em uma nova proposta. Essa conferência e entres outras representaram à luta pela universalização da escolarização e a busca pela qualidade de ensino (ANTUNES, 2016).

Ao se fazer a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo é iniciada uma reconfiguração das modalidades de atendimento e serviço aos alunos com necessidades educacionais, entre as quais figura a sala de recursos multifuncional (LOPES; MARQUEZINE, 2012).

Essas salas são destinadas de acordo com a Resolução Nº 4/2009, tendo público-alvo da Educação Especial:

- I. Alunos com Deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- II. Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;
- III. Alunos com Altas Habilidades/Superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, Art. 4º).

A sala de recursos multifuncionais precisa predispor conforme a Resolução Nº 4/2009, em seu artigo 10º de “um espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade, equipamentos específicos” e professores com formação na área. Os autores Alves e Andrade (2015) classificam as salas em dois tipos:

As salas de recursos multifuncional do tipo I são idealizadas e concretizadas para receber os alunos com diversos tipos de deficiências, exceto a deficiência visual. Já a sala de recursos multifuncionais do tipo II se diferencia por ser planejada especialmente para receber apenas os alunos com deficiência visual, contando com todos os recursos da sala do tipo I (ALVES; ANDRADE, 2015 p.322).

Essas salas se tornam imprescindível para as práticas educativas inclusivas, onde devem ser ofertadas de maneira que os estudantes com necessidades educacionais se sintam confortáveis para aprender, evoluir e superar suas barreiras de forma adequadas às suas condições reais. Vale destacar que o atendimento deve ser realizado na própria escola ou em escolas próximas de ensino regular segundo a Resolução Nº 4/2009 do artigo 5º:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de

Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, Art. 5º).

Para que ocorram resultados significativos tanto no ensino regular como no Atendimento Educacional Especializado é necessário que a família ou o responsável pelo aluno com necessidades especiais apresentem uma comprovação especificando a tipologia da deficiência, ou seja, em outras palavras o laudo médico. Somente a constatação que o estudante tem alguma dificuldade não seria o suficiente para que o apoio seja realizado de maneira satisfatória (ANTUNES, 2016).

As escolas que disponibilizam o Atendimento Educacional Especializado precisam estar sempre inovando junto com os seus professores as ferramentas pedagógicas adequadas para atender as necessidades específicas de cada estudante. O autor Papa et al. (2015, p. 1) afirma: “cada um é único e não existe uma fórmula geral que funcione para todos. O ritmo de aprendizagem é individual, seja da criança com deficiência, ou não. Quanto mais recursos a escola oferecer, menos limitações as crianças terão”. Daí a importância do plano de aula ser individual, planejado em parceria com os professores do ensino regular, e flexível caso houver necessidade. E com esse assunto, o presente trabalho tem como objetivo destacar e discutir artigos produzidos sobre a importância da sala de recurso multifuncional para o Atendimento Educacional Especializado com alunos de diferentes necessidades especiais e de qualquer faixa etária.

Metodologia

Este artigo foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica, com intuito de construir uma metodologia de forma criteriosa os melhores e mais significativos artigos online que abordem o tema educação especial. O critério para a seleção dos artigos foi a presença dos descritores “sala de recursos multifuncional”, “AEE”, “sala de recursos” e “sala de apoio pedagógico”, “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, sendo que os mesmos podiam estar dispostos em qualquer parte do texto. Foram selecionados vários artigos de diferentes revistas científicas, sem restrição de períodos.

Sendo assim, os principais aportes teóricos deste trabalho centram-se em autores como: Alves e Andrade (2015), Weber e Benetti (2012), Brasil (2009), Lopes e Maquezine (2012) e entre outros.

Desenvolvimento

Antigamente pessoas que apresentavam qualquer necessidade especial não faziam parte do convívio social, eram rejeitas, levadas para asilos, abrigos, trancadas no quarto dos fundos da casa ou até mesmo condenadas à morte (SOUZA, 2015). Essa perspectiva começou a mudar na segunda metade do século XX, precisamente na década de 70, onde surgiram iniciativas para impulsionar a conscientização em torno dos processos de inclusão de educação especial. Seja em iniciativas da sociedade civil, seja em ações governamentais essa agenda passou a ocupar um lugar de destaque. E foi debates como esses que o Brasil se desenvolveu sobre esse assunto, emergiu a política de Sala de Recurso Multifuncional para apoiar o Atendimento Educacional Especializado (CARNEIRO; LEITE, 2017).

No início, o Atendimento Educacional Especializado segundo o autor Santos (2017, p. 12) “era um serviço especializado e voltado somente para atendimento aos indivíduos com deficiência e distúrbios severos de aprendizagem e comportamento, em escolas especiais. Também eram atendidas nesse contexto pessoas classificadas com altas habilidades”. Autor fala também que Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) teve a iniciativa de criar escolas e classes especiais, e a preocupação de capacitar docentes, possibilitando o desenvolvimento científico nessa área e trazendo novas metodologias. A ideia da proposta seria de integração do que inclusão, ou seja, os alunos precisavam se adaptar ao ambiente escolar.

Antes, o atendimento era ofertado nas escolas ou classes especiais, possuíam técnicas, currículos próprios e específicos (SANTOS, 2017). Hoje, sabemos que a escola precisa se adequar as necessidades de cada educando. Bauch (2014) afirma:

Atualmente a comunidade escolar, em especial os professores, estão percebendo que as diferenças devem ser aceitas para que a construção da educação seja mais completa e eficaz. Não se trata apenas de receber alunos na instituição de ensino, mas é também necessário rever conceitos e paradigmas e, assim, construir uma nova concepção educativa (BAUCH, 2014 p. 5).

Bauch (2014) ainda cita que a inclusão é uma abordagem que procura responder as necessidades de aprendizagem de todos os alunos. O foco está específico nas pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou ainda que enfrenta barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar. Neto et al. (2018, p. 90) fala: “o ato de incluir, é antes de tudo uma lição de cidadania, e respeito para com o próximo. Incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças”. A inclusão é uma prática social que se aplica no trabalho, no lazer, na cultura, no esporte, mas principalmente na educação escolar ao perceber as dificuldades que o aluno apresenta e estabelecer metodologias a serem alcançadas (CAMARGO, 2017).

Para acontecer a inclusão e o Atendimento Educacional Especializado, leis foram criadas e reformuladas para atender e serem cumpridas as regras de uma educação inclusiva preferencialmente na rede regular de ensino para todos. De acordo com Alves e Andrade (2015, p. 321) “A inclusão educacional de crianças com NEEs é direito obrigatório de todos os alunos à educação de boa qualidade, bem como receber, quando for necessário, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na sala de recursos multifuncional”.

O programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais promovido pela Secretaria de Educação Especial/MEC é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, com o intuito de assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino comum possibilitando a oferta do Atendimento Educacional Especializado, de forma não substitutiva à escolarização (PASIAN; MENDES; CIA, 2014). Para que tudo ocorra em concordância as escolas necessitam da sala de recursos equipadas a disposição do educando e de professores capacitados para realizar atividades conforme as necessidades. Bauch (2014) afirma:

O professor da sala de recursos multifuncionais deve: realizar atividades que estimulem a atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros. Deve também proporcionar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação (BAUCH, 2014 p.10).

Estudos revelam que as brincadeiras na sala de recursos também influenciam no processo de ensino-aprendizagem, desenvolve as potencialidades das crianças, instiga o aprender, prevenindo dessa forma problemas de aprendizagem, possibilitando às crianças o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades. Permitindo o aluno a construir e descobrir o mundo que a cerca através de suas próprias vivências (WEBER; BENETTI, 2012). Para isso, é preciso que o professor da sala de recurso esteja em constante diálogo com os professores das salas de aulas do ensino regular, com os profissionais da escola e principalmente com a família (CARLETO et al., 2013).

De acordo com Rocha (2017), cabe sempre aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais. O autor também ressalva que além dos professores, a família dos alunos com necessidades educacionais especiais deve participar ativamente do processo ensino-aprendizagem, sendo de suma importância, pois através dessa participação que os professores têm a oportunidade de conhecer melhor seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado.

Mesmo sendo um tema bastante falado nesses últimos anos e prevista por lei, a educação inclusiva ainda deixa a desejar na prática, na escola. Para Silva et al. (2018) a educação inclusiva está longe de ser uma realidade no nosso país, vários fatores contribuem e dificultam como: medo, aflição, negligência, interesse político e entre outros. Quando observamos estas dificuldades fica nítido que as escolas e professores não estão preparados para receber alunos com necessidades especiais. E mesmo com condições desfavoráveis, é necessário o empenho de todos os profissionais da escola, garantir o acesso e a permanência desses alunos, visando sempre uma educação mais justa, humana e democrática.

Conclusão

A política da educação inclusiva na rede regular não consiste apenas na permanência física dos educandos, mas uma modalidade de educação considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento, prevendo ainda uma rearticulação da educação no sentido de providenciar estratégias e métodos que deem conta do atendimento aos discentes com necessidades especiais (WEBER; BENETTI, 2012). E quando essas escolas disponibilizam a sala de recursos multifuncional amparada e professores capacitados os resultados são significativos no processo de aprendizagem e socialização. O atendimento deve ser diferente e compatível com cada necessidade do aluno, respeitando a individualidade e o processo de ensino.

Portanto, por mais que seja desafiador para os profissionais da educação e uma novidade para alguns professores ao receber alunos com necessidades educacionais, a inclusão não é impossível, embora tenham obstáculos a serem superados, mas com força e vontade coletiva de mudar os paradigmas escolares a educação vai se modificando, evoluindo para que todos tenham qualidade de ensino e convivência.

Referências bibliográficas

- ALVES, C.R.S.T; ANDRADE, M.P.F. A Sala de Recursos Multifuncional como um ingrediente essencial na inclusão de crianças especiais, na escola regular de ensino. *Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão*, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p.320- 326, fev. 2015.
- ANTUNES, K.C.V. EXCLUSÃO E INCLUSÃO: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA. *Revista Faces de Clio*, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 54-78, jun. 2016.
- BAUCH, K.B. *Os desafios da escola pública Paranaense na perspectiva do professor PDE*. Versão 2014. Disponível em:<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_edespecial_artigo_katia_belasque_bauch.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.
- BRASIL. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. *Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Diário Oficial da União. Brasília: CNE/CP, 2009. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf >. Acesso em: 29 set. 2021.
- CAMARGO, E.P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência e Educação*, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, mar. 2017.
- CARLETO, E. A. et al. Sala de recursos multifuncionais: inclusão ou exclusão escolar? *Revista História e Diversidade*, Cáceres v.2, n.1, p.129-154, jun. 2013.
- CARNEIRO, S. F.; LEITE, I. Inclusão Escolar: uma abordagem sobre as Salas de Recursos Multifuncionais a partir da perspectiva de gestores, professores e pais. *Revista Incluir*, Mossoró, v.3, n.1, p. 233-243, nov. 2017.
- LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.18, n. 3, p. 487-506, set. 2012.
- NETO, A. O. S. et. al. Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, mar. 2018.
- PAPA, F. et al. *Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva*, 2015. Disponível em: <http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/BoasPraticas/INCLMUDANCAOLHARCOMUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- PASIAN, M.S., MENDES, E.G., CIA, F. Salas de recursos multifuncionais: Revisão de artigos científicos. *Revista Eletrônica de Educação*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 213-225, nov. 2014.
- ROCHA, A.B.O. O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. *Ensaio Pedagógico*, Sorocaba, v. 7, n. 2, p. 1-11, dez. 2017.
- SANTOS, L.C.C. *A Sala de Recursos Multifuncionais e seu papel na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista*, 2017. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2190/1/LCCSantos.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

SILVA, W. A. et. al. Educação Inclusiva: jogos pedagógicos recicláveis como ferramenta indispensável no processo de ensino-aprendizagem. *Revista Educação em Ação*, São Paulo, v. 16, n. 61, p. 1-8, set. 2018.

SOUZA, N.C. *Sala de Recursos Multifuncional e seu funcionamento no Atendimento Educacional Especializado em uma escola de Rio Branco-ACRE*, 2015. Disponível em:<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15898/1/2015_NaideCaetanoDeSouza_tcc.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

WEBER, V.L.S.; BENETTI, L.B. A Eficiência das Salas de Recursos para alunos com deficiência de aprendizagem no município de São Gabriel-RS. *Revista Monografias Ambientais*, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 8, p. 1900-1915, ago. 2012.

¹Naiana Vitória Paz Reinaldo da Silva. Especializando em Educação Especial e Inclusiva. Faculdade Sinapses. Conj. José Almeida Q F casa 17, São Luís, Campo Maior - PI. nayana.reinaldo@gmail.com.

Este artigo:
Recebido em: 01/2021
Aceito em: 06/2021

Como citar este artigo:

SILVA, N. V. P. R. da. A importância da sala de recurso multifuncional na educação inclusiva: revisão de artigos científicos. *Scientia Vitae*, v.12, n.34, p. 10-16, jul./ago./set. 2021.